



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DE PINHEIROS

Gabinete do Subprefeito

Viaduto do Chá, 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01020-900

Telefone:

Subprefeitura DE PINHEIROS

Av. Nações Unidas, 7163 - Bairro Pinheiros - São Paulo/SP - CEP 05425-070

Telefone: 3095-9595

GABINETE DO SUBPREFEITO - ATA CADES PINHEIROS - REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao 18º dia do mês de agosto de 2026 reuniram-se, virtualmente, os membros titulares convocados e suplentes convidados para a **oitava reunião ordinária de 2026 do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - CADES Pinheiros**, sob a **presidência do Coordenador Adjunto Flávio Augusto Werner Scavasin**. Participaram, conforme lista de presença, os **Conselheiros Titulares da Sociedade Civil**: Flávio Augusto Werner Scavasin (Coordenador Adjunto do CADES Pinheiros), Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite, Rosanne Guiomar Brancatelli, Ulisses Demarchi Silva Terra, Celina Cambraia F. Sardão e Ana Lucia Slikta; **Conselheiros Suplentes da Sociedade Civil**: Denise Helena Monteiro de Barros Carollo e Francisco José Turra; **Subprefeitura de Pinheiros**: Norival Nunes Rodrigues Junior (Interlocutor), Danilo Sidney Mattos e Thiago Luiz Docema; **Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas - SECLIMA**: Danilo Augusto da Silva; **Convidados**: Carla Nieto Vidal (CPM), Eiko Sugiyama e Raquil Lange (moradoras); **Ausência Justificada**: Ana Maria Wilhelm.

ASSUNTOS TRATADOS

1. Informes da Subprefeitura
2. Relato dos GTs
 - GT Carnaval Sustentável
 - GT Gestão de Resíduos
 - GT Plano de Bairro
 - GT Soluções Baseadas na Natureza - SbN
3. Rodada entre conselheiros e convidados para temas não tratados anteriormente

DESTAQUES

1. O Coordenador Adjunto destacou a importância dos informes da Subprefeitura, especialmente aqueles relacionados a eventos públicos, obras públicas, ações em andamento e os principais pedidos recebidos de coletivos e de associações na área do CADES. Lamentou-se a ausência tanto do Subprefeito Ygor Lucas Gomes da Costa, presidente do CADES Pinheiros, como da Coordenadora de Governo Local, Francisca Henrique de Oliveira, até por ser o ponto focal com relação às demandas de Pinheiros. Diante dessas ausências, o Coordenador Adjunto observou que alguns assuntos não poderiam ser atualizados, entre eles as informações sobre o formulário eletrônico padronizado há meses anunciado pela Subprefeitura e o acabamento final da Praça José Carlos Burle, além de outros temas. Nesse contexto, perguntou a Thiago Luis Docema se

havia dados atualizados, de julho em diante, sobre árvores removidas e mudas plantadas. Thiago informou que os números haviam sido apresentados até julho na reunião anterior e que, desde então, não havia ocorrido grande evolução, principalmente em razão da falta de mudas no Viveiro Manequinho Lopes, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, o que havia restringido o envio e a autorização de mudas para as Subprefeituras. Informou, contudo, que a Subprefeitura de Pinheiros estava negociando a retirada de mais 100 mudas e que, diante da boa demanda por plantios, poderia obter outras 100, totalizando aproximadamente 200 mudas para serem plantadas nas duas semanas seguintes. Acrescentou que a meta da gestão é realizar aproximadamente 1.500 plantios ao longo do ano, número que deverá superar amplamente o de remoções. A esse respeito, o Coordenador Adjunto ponderou que uma árvore adulta presta serviços ambientais que uma muda recém-plantada ainda não consegue oferecer - além de muitas mudas morrerem - e, portanto, deve ser buscado um saldo de plantios muito superior ao número de remoções. Thiago Luis Docema concordou e afirmou que, na gestão atual, procura atuar de maneira conservadora quanto às remoções, realizando-as somente quando necessárias, inclusive no âmbito dos Termos de Compromisso Ambiental - TCAs. Na sequência,

2. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite trouxe à discussão a questão das estruturas construídas no entorno das árvores. Relatou a existência de uma caixa de aproximadamente um metro de altura, na esquina da Rua Dom Rosalvo com a Rua Natingui, que teria sido transformada pelo proprietário em uma espécie de banco, ocupando praticamente toda a extensão da calçada, e questionou se existe regulamentação para esse tipo de intervenção. Thiago Luis Docema informou que, somente no último mês, uma única pessoa teria aberto aproximadamente 40 solicitações relacionadas à retirada dessas caixas e orientou a conselheira a registrar a ocorrência pelo telefone 156, para que a demanda seja encaminhada diretamente ao setor de obras, responsável pela retirada dessas muretas. Informou ainda que, diante do elevado número de solicitações, havia sugerido ao setor de imprensa da própria Subprefeitura a realização de uma publicação nas redes sociais para esclarecer a questão e evitar que esse tipo de intervenção se multiplique. O Coordenador Adjunto informou que o CADES Pinheiros já havia realizado anteriormente um levantamento das caixas que aprisionavam árvores e que o engenheiro Cláudio Araújo vinha solucionando de maneira satisfatória as situações encaminhadas, razão pela qual havia diminuído o número de denúncias. Norival Nunes Rodrigues Junior solicitou que todas as demandas dessa natureza pudessem ser centralizadas sob seus cuidados, por intermédio do Coordenador Adjunto. Thiago Luis Docema informou não ter localizado legislação que proíba explicitamente essas estruturas, embora reconheça, do ponto de vista técnico, que o fechamento do entorno das árvores é prejudicial ao seu desenvolvimento. Rosanne Guiomar Brancatelli observou que essas estruturas estavam se tornando uma espécie de prática imitativa, na qual uma pessoa realiza a intervenção e outras passam a considerá-la adequada ou esteticamente agradável, reproduzindo-a em seus imóveis. Thiago esclareceu que essas intervenções são realizadas pelos proprietários e não são autorizadas pela Subprefeitura, orientando os conselheiros a registrar e encaminhar as ocorrências para que sejam adotadas as providências cabíveis. O Coordenador Adjunto reiterou que, anteriormente, o engenheiro Cláudio Araújo aproveitava a presença das equipes da Prefeitura nas ruas para retirar essas estruturas quando identificava árvores aprisionadas. Thiago confirmou que esse procedimento também ocorre durante os mutirões de zeladoria realizados aos sábados, sendo a retirada dessas muretas incluída na relação de serviços quando a situação é identificada. Rosanne Guiomar Brancatelli relatou ainda uma ocorrência na Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, onde, além de ter sido construída uma caixa ao redor de uma árvore jovem, havia sido colocada terra até a metade do caule, situação que considerou inaceitável. Thiago Luis Docema observou que, ao menos em alguns casos, deveria existir uma abertura para permitir a saída da água, em formato de "U", possibilitando seu escoamento junto à guia. Diante das situações relatadas, o Coordenador Adjunto informou que será retomada a atualização do levantamento realizado anteriormente pelo CADES

Pinheiros, solicitando que os conselheiros e demais interessados fotografem as estruturas existentes no entorno das árvores, preferencialmente utilizando o aplicativo gratuito TimeStamp, de modo a registrar a data e o endereço da ocorrência, ou, na impossibilidade, informem corretamente o endereço juntamente com as imagens, para facilitar o encaminhamento e acompanhamento das providências.

3. Sobre a considerada ameaça representada pelo projeto do Hub Pinheiros à atual sede da Subprefeitura, o Coordenador Adjunto reiterou que considera o tema uma das principais questões em discussão na região, por envolver a defesa do território, o futuro do Pátio de Compostagem, a possível perda de importantes equipamentos públicos e os impactos ambientais e de vizinhança decorrentes dos projetos teoricamente em estudo. Ressaltou, por isso, a necessidade de uma atuação conjunta do CADES, CONSEG, CPM e das entidades e associações locais, de modo a ampliar a capacidade de mobilização e defesa dos interesses da população. Rosanne Guiomar Brancatelli lembrou que já vem sendo desenvolvido um trabalho conjunto com a SAAP e outros grupos de bairro, além da atuação junto ao Ministério Público, e defendeu também a realização de uma manifestação presencial da sociedade civil, por considerar que uma iniciativa dessa natureza poderia ampliar significativamente a mobilização, colocando-se à disposição para colaborar com sua organização. O Coordenador Adjunto informou que estava sendo planejada uma audiência pública, ainda pendente da definição do local, e defendeu que ela fosse realizada em um espaço público e institucional, preferencialmente na Câmara Municipal ou na própria Subprefeitura. Caso isso não fosse possível, sugeriu instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB ou o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, de forma a possibilitar a participação e o envolvimento de novos segmentos da sociedade. Solicitou que os integrantes do CADES Pinheiros se somassem à Frente de Defesa de Pinheiros, contribuindo para ampliar a participação dos moradores, das entidades e das organizações da região. Avaliou que a questão envolve interesses econômicos muito fortes, mencionando a existência de quatro grupos já envolvidos, e reconheceu que o enfrentamento desse cenário será difícil, inclusive com a atuação do Ministério Público, mas ressaltou que, justamente por isso, é fundamental ampliar e fortalecer a mobilização social. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite enalteceu a existência de uma proposta de articulação de ações conjuntas em defesa do território e afirmou que será necessário atuar de maneira organizada e articulada, inclusive por meio de medidas jurídicas e políticas, uma vez que ainda existem possibilidades de impedir ou modificar os projetos. Como exemplo recente, mencionou a decisão que teria bloqueado a implantação de quiosques no Parque Trianon por meio de ação popular, considerando que o episódio demonstra a capacidade de uma mobilização organizada da população de produzir resultados concretos. Carla Nieto Vidal explicou que a Frente de Defesa de Pinheiros foi constituída a partir de reuniões que envolveram a SAAP, CADES, CPM, Baixo Pinheiros, Pró-Pinheiros e outros coletivos, que posteriormente se reuniram com a vereadora Renata Falzoni, ocasião em que o Coordenador Adjunto representou o CADES Pinheiros. Informou que o grupo já elaborou documento sobre a questão, promoveu atuação junto ao Ministério Público e desenvolveu ações de comunicação que resultaram na divulgação do tema pela imprensa. Ressaltou, contudo, a necessidade de definir o local da audiência pública, considerada estratégica para ampliar a mobilização da sociedade civil. Ao final, destacou que a discussão ultrapassa os projetos específicos atualmente em debate e envolve questões mais amplas relacionadas ao direito à cidade e à preservação do patrimônio público, incluindo o futuro da própria sede da Subprefeitura, defendendo que a Frente de Defesa de Pinheiros continue crescendo e consiga reunir o maior número possível de entidades, organizações e cidadãos em defesa do território.
4. Com relação à Horta Lisboa, o Coordenador Adjunto lembrou que o projeto havia sido apresentado na reunião anterior por Jorgina Nello e que, conforme deliberado naquela ocasião, o CADES Pinheiros encaminharia à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA solicitação para que a proposta avançasse, inicialmente mediante a realização de

uma avaliação técnica quanto à sua viabilidade. Informou que, como resultado dessa solicitação, a SVMA abriu o processo SEI nº 6027.2026/0012468-4, por meio do qual o projeto passou a ser avaliado pela Escola de Jardinagem da UMAPAZ e pela Coordenação de Agricultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDet/CA, para análise e manifestação. Comunicou, ainda, que estava previsto para o dia 30/08/2026 um mutirão de limpeza da área e convidou os integrantes do CADES a participarem da atividade, considerando-a uma importante iniciativa de mobilização e participação cidadã em apoio à implantação da horta. A Coordenadora do CPM, Carla Nieto Vidal, informou que aquele Conselho havia deliberado destinar à Horta Lisboa recursos remanescentes do Participe Mais, explicando que a iniciativa surgiu a partir da circulação de boatos sobre o fim daquele espaço e da avaliação, pelo CPM, de que seria possível direcionar parte dos recursos disponíveis para contribuir com a estruturação da horta. Informou que a Subprefeitura já havia elaborado um projeto, que estava sendo analisado e validado pelas responsáveis pela horta, ressaltando que um dos motes que orientaram a iniciativa era a de que “a horta fica e a horta cresce”. Destacou, contudo, que, a partir dessa definição, seria necessário acompanhar a agilidade da Subprefeitura na implementação do projeto. Questionada pelo Coordenador Adjunto sobre a forma de utilização dos recursos, especificamente se seriam executados diretamente pela Subprefeitura ou destinados à contratação de empresa privada, Carla Nieto Vidal esclareceu que se tratava de recursos destinados ao desenvolvimento do projeto e à estruturação das necessidades apresentadas pela comunidade responsável pela manutenção da horta, cuja aplicação deverá observar a legislação vigente, inclusive as regras relativas à licitação e contratação pública. Explicou que a Subprefeitura não disporia de equipes próprias para a execução de determinadas obras e serviços, o que poderá exigir a contratação de terceiros. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite complementou informando que a proposta em discussão prevê a constituição de uma entidade com CNPJ, como forma de viabilizar a implantação dos serviços de água e energia e estabelecer um contrato de concessão ou instrumento de parceria com a Prefeitura. Informou que algumas das sugestões apresentadas pelo grupo responsável pela horta já haviam sido incorporadas ao projeto, entre elas a possibilidade de construção de um galpão, e que a proposta estava sendo redesenhada e discutida pelos envolvidos. Avaliou, por fim, que a iniciativa vem se consolidando como uma horta coletiva estruturada de maneira mais profissional e considerou o processo muito positivo e promissor.

5. Eiko Sugiyama informou que as obras da Praça José Carlos Burle encontravam-se na etapa final, mas ressaltou que o chamado “rescaldo” seria a fase mais complexa, especialmente em razão da necessidade de organizar os diferentes grupos envolvidos. Explicou que atualmente existem três grupos distintos e que, após a conclusão da obra, pretende-se articulá-los em um único grupo voltado à manutenção, ao cuidado e à colaboração com a praça. Esclareceu que, concluída a parte civil, ainda permanecerão diversas providências a cargo da Subprefeitura, com a qual vem tratando do assunto para definir como essa etapa será conduzida e de que maneira serão mobilizados os vizinhos e demais colaboradores. Ressaltou que o objetivo é deixar a praça bonita, organizada e funcional. Observou que, em razão de ter permanecido abandonada durante vários anos, a área apresenta grande quantidade de plantas e árvores invasoras, sendo necessária a realização de um mutirão específico para sua retirada. Apontou, ainda, a necessidade de executar podas, retirar galhos pendentes e secos, remover erva-de-passarinho e promover uma limpeza geral, de modo a melhorar a visibilidade, a segurança e a organização do espaço. Acrescentou que existem entulhos acumulados há vários anos, incluindo galhos, troncos e outros objetos descartados por moradores, e destacou ter identificado diversas espécies vegetais, entre elas cerejeiras e árvores nativas da Mata Atlântica, que poderiam contribuir para a formação de uma praça com elevada biodiversidade, reunindo espécies frutíferas e floríferas. Relatou que vem articulando as providências necessárias com Raquil Lange, que representa o gabinete da vereadora Marina Bragante na interlocução com o engenheiro Niwton Gilberto de Jesus. Thiago Luiz Docema relatou que a Coordenadora da CPO, Rosa

Maria Castro Menegali, havia realizado vistoria no local e acompanhado as demandas existentes, aguardando ainda as diretrizes decorrentes dessa avaliação, mas assegurou que as questões relacionadas às podas poderiam ser organizadas pela Subprefeitura. Acrescentou que, tão logo seja definida a data de inauguração, a equipe poderá comparecer ao local para executar as demais providências necessárias. O Coordenador Adjunto destacou a importância de aproveitar a presença de Eiko Sugiyama para organizar, com antecedência, esse conjunto de ações de acabamento e preparação da praça, evitando que as pendências permaneçam para o período posterior à inauguração. Raquil Lange afirmou que vinha acompanhando a situação da praça e esclareceu que ainda não havia uma data oficial para a inauguração, uma vez que seria necessário aguardar a retirada dos entulhos e o atendimento das demandas identificadas. Posteriormente, acrescentou que o trabalho vinha sendo realizado com a participação dos moradores e manifestou a expectativa de que a praça estivesse concluída em breve. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite afirmou que preferiria que a área assumisse características de bosque ou semi bosque e ponderou que, caso haja efetivamente disponibilidade de 100 árvores, será necessário definir onde serão plantadas e de que forma serão incorporadas ao projeto da praça. Defendeu que o manejo das cerejeiras e das demais espécies existentes seja previamente discutido e acordado, para que as decisões não permaneçam apenas no campo das ideias. Sugeriu, nesse sentido, a realização de um mapeamento das árvores existentes, com a definição clara daquelas que serão mantidas ou incorporadas ao projeto paisagístico. Considerou, por fim, importante a realização de uma reunião com as pessoas diretamente responsáveis pelo trabalho, de modo a alinhar as ações e encaminhar as providências necessárias.

6. Comunicou-se que, em 4 de agosto, o Coordenador Adjunto e Ana Lúcia Slikta haviam recebido mensagem de Joaquim Barbosa, ouvidor da SPTuris, empresa responsável pelo Carnaval, informando que as sugestões apresentadas pelo CADES Pinheiros haviam sido recebidas, registradas e estavam sendo processadas no âmbito de processo aberto pela Prefeitura. O Coordenador Adjunto observou, contudo, que os documentos constantes do processo no SEI estavam classificados como restritos - como tem ocorrido com muitos processos SEI - impedindo a sua visualização, situação considerada prejudicial aos princípios da publicidade e da transparência que devem orientar os processos públicos. Ana Lúcia Slikta informou que pretende encaminhar o material aos demais conselheiros para análise e apresentação de sugestões, destacando que o plano-piloto havia sido concebido especificamente para a Rua dos Pinheiros, por considerar o local adequado para uma iniciativa que envolvesse conjuntamente comerciantes, moradores, trabalhadores e demais participantes do Carnaval. Solicitou que todos analisassem a proposta e encaminhassem contribuições, ressaltando que a iniciativa poderia recuperar a ideia de fazer de Pinheiros uma referência, com a realização de um Carnaval de rua efetivamente sustentável. O Coordenador Adjunto considerou a proposta excelente e lembrou que, na reunião anterior, o Subprefeito havia mencionado a intenção de agendar uma reunião com a SPTuris ou a área da Prefeitura que será responsável pela organização do Carnaval. Ressaltou que a intenção seria reunir representantes do CADES, CPM, Subprefeitura e demais setores envolvidos, possibilitando a apresentação conjunta e articulada das propostas e reivindicações. Na sequência, Ana Lúcia Slikta ponderou que a questão da sustentabilidade no Carnaval não deve ser analisada apenas sob a perspectiva do comportamento individual, mas também à luz da estrutura e das condições oferecidas pelo Poder Público. Defendeu que vendedores ambulantes e demais trabalhadores envolvidos nas atividades durante o evento sejam legalizados, organizados e fiscalizados, sem que a solução seja simplesmente sua retirada, considerando que muitas dessas atividades constituem fonte de sustento. Quanto aos resíduos gerados durante o Carnaval, sustentou que os patrocinadores devem assumir responsabilidade pelos materiais e produtos associados às suas marcas, mas ressaltou que essa obrigação precisa estar expressamente prevista nos contratos e editais elaborados pela Prefeitura, que atua como contratante e responsável pela fiscalização. Destacou que, durante o evento, é comum observar pessoas carregando

resíduos em busca de locais adequados para descarte e ambulantes recolhendo inclusive materiais que não são recicláveis, contribuindo, portanto, com a limpeza. Defendeu, portanto, que a Prefeitura estabeleça, desde a elaboração dos editais, regras claras quanto às responsabilidades de cada participante e que o CADES e o CPM atuem considerando não apenas os moradores de Pinheiros, mas todos aqueles que frequentam e utilizam a cidade durante o Carnaval.

7. Denise Helena Monteiro de Barros Carollo informou que havia retomado o contato com Víctor Argentino, do Instituto Pólis, com quem vinha dialogando sobre a possibilidade de participação de um pesquisador especializado em resíduos sólidos e meio ambiente em uma reunião do CADES Pinheiros. Ressaltou a importância de aprofundar a compreensão sobre as consequências negativas da má gestão dos resíduos sólidos e manifestou interesse em que o pesquisador pudesse participar de uma reunião presencial do Conselho, contribuindo para qualificar o debate. A conselheira destacou que se trata de uma questão de natureza estrutural e ponderou que, diante das dificuldades enfrentadas pelo Poder Público para exercer a fiscalização de forma abrangente, seria importante também desenvolver mecanismos que possibilitassem uma participação mais ativa da própria população tanto no acompanhamento quanto na conscientização sobre o problema. Relatou situações em que resíduos permanecem expostos nas vias públicas por períodos prolongados e, posteriormente, esclareceu que também se referia aos materiais recicláveis recolhidos por pessoas que dependem dessa atividade para sua sobrevivência, ressaltando a necessidade de considerar essa realidade social no debate sobre a gestão dos resíduos.
8. Rosanne Guiomar Brancatelli comentou que diversas ruas da região se encontram muito sujas, mencionando a presença de marmitas, restos de alimentos e sacos de restaurantes deixados abertos nas vias públicas. Questionou situações em que grupos de varredores aparentam atuar de maneira pouco eficiente, relatando ter observado trabalhadores caminhando juntos enquanto apenas um deles realizava efetivamente a varrição, e perguntou como são organizados os períodos de descanso e os horários de intervalo. Ressaltou, contudo, que sua intenção não era a de contestar o direito dos trabalhadores às pausas, mas compreender o funcionamento e a organização do serviço para que pudesse exercer de maneira mais adequada seu papel de fiscalização e controle social. Carla Nieto Vidal informou que o CPM havia encaminhado ofício ao prefeito, ao vice-prefeito e ao responsável pelo órgão de gestão do 156, diante do que considera um quadro de colapso nas demandas relacionadas à limpeza urbana e às calçadas. Acrescentou que, em diversos pontos da região, sequer existem cestas de lixo suficientes ou disponíveis, citando como exemplo a Rua Alberto Seabra, no Alto de Pinheiros. Francisco José Turra relatou o aumento do número de barracas e vendedores no entorno da estação Oscar Freire, mencionando pessoas que comercializam bolos, café e outros produtos e que, segundo sua observação, contribuem para o aumento da sujeira e para a redução do espaço destinado à circulação de pedestres nas calçadas. Referiu-se também à sujeira provocada por obras de edificações e defendeu que, além do reforço da limpeza, sejam desenvolvidas ações educativas. Ao abordar a presença de vendedores ambulantes, esclareceu que não sabia se todos se encontravam em situação irregular e reconheceu a dimensão social da questão, considerando que muitas pessoas dependem dessas atividades para sua subsistência. Ressaltou, entretanto, que a situação precisa ser organizada, regulamentada e fiscalizada. Celina Cambraia F. Sardão relatou situação semelhante nas proximidades da estação Campo Belo. Explicou que existe o programa “Tô Legal”, voltado à regularização do comércio ambulante, mas observou que, nas imediações das estações, ainda há vendedores em situação irregular, inclusive casos em que uma mesma pessoa controla diversas barracas e contrata trabalhadores sem registro ou garantias trabalhistas. Informou que já havia apresentado reclamações sobre barracas que ocupam praticamente toda a extensão das calçadas, citando, entre outros exemplos, uma barraca de pastel e outra de churrasco, que chegou a ser retirada pela fiscalização, mas posteriormente voltou a funcionar. Relatou também problemas relacionados ao descarte inadequado de resíduos

pelos consumidores e à ausência de varredores em determinados locais. Destacou que os comerciantes regularmente estabelecidos, que pagam taxas e cumprem as exigências legais, acabam sendo prejudicados pela concorrência de atividades irregulares. Sugeriu, por isso, que as áreas no entorno das estações de metrô sejam submetidas a fiscalização permanente, considerando o elevado fluxo de pessoas nesses locais. Acrescentou que, dentro das próprias estações, existem alternativas de comércio devidamente regularizadas, e ponderou que o problema está principalmente na concorrência irregular, sobretudo nos casos em que um mesmo responsável mantém várias barracas. Relatou, ainda, uma situação em frente à estação Campo Belo, onde uma lanchonete teria avançado sobre a calçada, deixando menos de 1,20 metro de passagem para os pedestres, apesar de a área ter sido desapropriada e ampliada justamente em razão das intervenções relacionadas ao metrô. Informou que a irregularidade havia sido denunciada aproximadamente um ano antes e que, até então, apenas uma pequena parte da ocupação havia sido corrigida. Descreveu a existência de degraus, cercamento e toldo ocupando parcela significativa do espaço destinado à circulação e afirmou que a ausência de fiscalização adequada acaba estimulando a reprodução desse tipo de ocupação por outros estabelecimentos. O Coordenador Adjunto observou que a acessibilidade exige a preservação de uma faixa mínima de circulação de 1,20 metro e Celina se comprometeu a encaminhar fotografias e demais informações sobre o caso para subsidiar as providências cabíveis. Na continuidade das exposições, Rosanne Guiomar Brancatelli relatou a situação observada na estação Fradique Coutinho, onde, além da presença de barracas, constatou a venda de bebidas alcoólicas. Considerou necessário verificar a regularidade dessas atividades comerciais e também comunicou que encaminhará relatório sobre a situação. Destacou que a calçada dispõe de espaço físico suficiente, mas se encontra congestionada por patinetes, barracas e outros obstáculos, dificultando a entrada e a saída dos passageiros do metrô. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite questionou se existe algum cálculo ou parâmetro técnico que estabeleça a quantidade adequada de lixeiras em função do fluxo de pessoas, especialmente nas proximidades das estações de transporte público. Relatou que frequentemente encontra lixeiras lotadas e defendeu que o planejamento considere não apenas a quantidade de equipamentos disponíveis, mas também a frequência de sua coleta e limpeza. Questionou, ainda, quem efetivamente será responsável pela retirada dos resíduos dos rios e qual a previsão para que isso ocorra, solicitando objetividade quanto a esse encaminhamento. Em relação aos patrocinadores do Carnaval, afirmou que o diálogo, por si só, não é suficiente, sendo necessário estabelecer responsabilidades claras, mecanismos de fiscalização e cobrança e, quando cabível, a aplicação de sanções. O Coordenador Adjunto lembrou da sua experiência anterior como, por duas vezes, diretor do Parque Villa-Lobos e mencionou a oportunidade que teve de parabenizar Plínio Assmann, um dos primeiros presidentes do Metrô paulistano, ressaltando a importância da manutenção permanente da limpeza dos espaços públicos. Como referência, observou que os próprios trens do Metrô, desde a implantação das primeiras linhas, permanecem limpos apesar de serem utilizados diariamente por milhões de pessoas. Segundo ele, quando um espaço está completamente limpo e bem cuidado, as pessoas tendem a evitar ser as primeiras a sujá-lo. Em contrapartida, mesmo com poucos resíduos, é transmitida a sensação de abandono e favorece novos descartes e a consequente degradação do ambiente. Denise Helena Monteiro de Barros Carollo reforçou a importância da educação ambiental e da mudança de mentalidade, relatando situações em que resíduos são descartados no entorno de árvores e lembrando que, em países como o Japão, a educação para a limpeza e o cuidado com os espaços coletivos começa desde a escola. Defendeu, assim, a adoção de ações educativas fortes, permanentes e capazes de produzir mudança de comportamento, posição que recebeu a concordância dos demais participantes. Danilo Augusto da Silva afirmou que a preocupação com os resíduos é fundamental e relacionou também o lixo descartado nas ruas aos sistemas de drenagem e à qualidade dos rios Pinheiros e Tietê, uma vez que esses materiais podem ser carregados pelas chuvas para os córregos e demais cursos d'água. Informou que a SECLIMA está organizando o Dia Mundial

da Limpeza, com apoio do Instituto Limpa Brasil, justamente com o objetivo de ampliar a conscientização e a participação da sociedade. Ressaltou que é indispensável ampliar as ações de educação ambiental. Defendeu, nesse sentido, a articulação entre os conselhos e a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas para desenvolver campanhas permanentes, sugerindo denominações como “Pinheiros Mais Limpo”, “Pinheiros Consciente” ou “Pinheiros Lixo Zero”. Considerou, ainda, que vendedores e comerciantes, estejam ou não regularizados, devem assumir responsabilidade pelos resíduos gerados em decorrência de suas atividades. Citou como exemplo a Avenida Paulista, onde vendedores de morangos produzem quantidade significativa de resíduos, muito superior à capacidade das pequenas papeleiras existentes no local. Francisco José Turra sugeriu a distribuição de materiais educativos nas estações de metrô, em parceria com a SECLIMA e o Metrô, com orientações para que os usuários contribuam para a conservação da limpeza das calçadas e dos espaços públicos. Considerou a iniciativa de baixo custo e sugeriu, inclusive, a possibilidade de participação de empresas em sua viabilização. Danilo Augusto da Silva defendeu que o problema estaria relacionado a uma cultura de consumir e descartar como se a cidade fosse um grande lixão. Na sequência, o Coordenador Adjunto solicitou que os conselheiros, sempre que possível, encaminhassem fotografias e vídeos atualizados das situações objeto de reclamações e denúncias, comprometendo-se a centralizar esse material e encaminhá-lo a Norival Nunes Rodrigues Junior. Este considerou positiva a manifestação do CADES Pinheiros, pelo debate e por demonstrar aos trabalhadores e aos responsáveis pela execução dos serviços que a população acompanha e fiscaliza sua realização, e ressaltou a importância de estabelecer diálogo com a Coordenadora da CPO, responsável pelo acompanhamento dos serviços de limpeza, para apresentar as reclamações dos munícipes e solicitar maior atenção às situações identificadas. Thiago Luis Docema informou que já havia registrado a demanda e que realizaria reunião com o responsável pela empresa de limpeza, comprometendo-se a apresentar posteriormente um retorno ao CADES Pinheiros. Esclareceu que os trabalhadores têm direito aos períodos de pausa previstos, mas ressaltou que a questão deve ser avaliada quando, por qualquer razão, o serviço deixa de ser executado de maneira adequada. Acrescentou que, infelizmente, ele e Rosa Maria Castro Menegali acabam concentrando grande parte do acompanhamento e da fiscalização da empresa responsável pela limpeza, e reconheceu que não conseguem estar presentes em todas as situações, diante do elevado volume de demandas existentes.

9. Nos que se referem às mudanças climáticas, o Coordenador Adjunto considerou importante que a prefeitura, por intermédio da SECLIMA, fizesse uma apresentação das iniciativas relacionadas ao chamado “Super El Niño” e às políticas públicas de prevenção e preparação para seus possíveis impactos. Considerou importante que a apresentação fosse realizada com brevidade, diante da previsão de intensificação dos efeitos do fenômeno a partir de setembro. Danilo Augusto da Silva observou que o Município dispõe de planos preventivos para situações de chuvas e de baixa umidade, além de ações relacionadas a tendas para períodos de altas e baixas temperaturas, pontos de hidratação, atuação em conjunto com a Defesa Civil, equipamentos destinados ao acolhimento de pessoas vulneráveis e planos de contingência para eventos de chuva. Sugeriu que Alessandro Bender, coordenador da área de Mudanças Climáticas da SECLIMA, realizasse uma apresentação ao CADES Pinheiros sobre o tema, ficando de trocar informações necessárias para a organização desta apresentação.
10. Ulisses Demarchi Silva Terra retomou a questão discutida na reunião anterior, referente às obras de ruas de paralelepípedo. Informou que havia solicitado ao Subprefeito o termo de referência e o processo de fiscalização das obras, mas que, até o momento, esse material ainda não havia sido encaminhado. Ressaltou que o tema é transversal às demais discussões do CADES, uma vez que, quando a Prefeitura contrata uma empresa ou serviço sem estabelecer adequadamente, no termo de referência, os padrões de qualidade a serem observados e, posteriormente, não realiza uma fiscalização efetiva, o resultado tende a ser insatisfatório. Afirmou considerar que os termos de referência das obras de paralelepípedo

apresentam problemas, por serem genéricos e insuficientes, e ponderou que, diante do valor contratado, seria difícil esperar uma execução de boa qualidade. Relatou, ainda, que acompanhou o Subprefeito em uma fiscalização e constatou que não havia engenheiro presente na equipe, questionando quem, efetivamente, realizava a fiscalização técnica de uma obra viária. A Coordenadora do CPM esclareceu que a obra mencionada é objeto do Orçamento Participativo e que o CPM possui a responsabilidade de fiscalizar a aplicação desses recursos. Informou que existe um grupo de trabalho responsável pelo acompanhamento das obras e que Fernanda Sales, integrante do grupo dos paralelepípedos, vem acompanhando diretamente a questão, realizando visitas e atualizando as informações. O Coordenador Adjunto informou que o CADES voltará a cobrar a Subprefeitura, uma vez que a solicitação de encaminhamento do termo de referência havia sido registrada como deliberação na reunião anterior. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite observou que Ulisses Demarchi Silva Terra também integra o grupo dos paralelepípedos de Whatsapp e esclareceu que sua preocupação específica está relacionada à qualidade dos termos de referência, defendendo que o modelo de execução das obras e os respectivos padrões de qualidade devem ser definidos previamente, de forma clara e objetiva. O conselheiro Ulisses reiterou que o termo de referência é um documento público e, portanto, deveria ser disponibilizado juntamente com o número do respectivo processo, possibilitando o acompanhamento pelo CADES Pinheiros e demais cidadãos. Afirmou, ainda, que o CADES deve ser informado da fiscalização das obras que envolvam questões ambientais e que essa discussão deve prosseguir em todas as instâncias necessárias, até que sejam alcançados resultados satisfatórios. O Coordenador Adjunto manifestou concordância e reafirmou que continuará cobrando a Subprefeitura pelo encaminhamento do material solicitado.

11. Celina Cambraia F. Sardão relatou problemas em duas praças sob sua atuação: a Praça Presidente Camille Chamoun e a Praça André Pucca. Informou que havia realizado plantios na Praça Presidente Camille Chamoun, mas que decidiu suspender temporariamente a adoção, diante da complexidade da situação encontrada no local. Relatou a presença de pessoas em situação de rua e de carroceiros que realizam a queima de fios para retirada de cobre, prática que estaria prejudicando, inclusive, uma muda de cambucá por ela plantada, que já apresenta porte significativo. Informou, ainda, que restos de poda foram depositados na praça e que as fogueiras passaram a ser realizadas em outro ponto, próximo a um exemplar de jequitibá-branco. Defendeu a adoção de medidas para impedir a continuidade das fogueiras, inclusive por meio do plantio de espécies adequadas e de outras formas de proteção, e solicitou que a Subprefeitura realizasse uma visita técnica ao local. Thiago Luis Docema informou que a área de adoção de praças está sob responsabilidade de Danilo Sidney Mattos, que poderá prestar apoio sempre que necessário. Celina, contudo, explicou que, no caso da Praça Presidente Camille Chamoun, considera necessária a elaboração de um projeto de revitalização, em razão da existência de estacionamento irregular utilizado por uma escola, de áreas cimentadas, da necessidade de cercamento e dos problemas relacionados às fogueiras. Quanto à Praça André Pucca, informou que possui termo de adoção vigente e que pretende promover uma revitalização, principalmente das estruturas civis e das calçadas internas. Danilo Sidney Mattos esclareceu que conhece as duas praças e explicou que o termo de adoção possui finalidade específica, cabendo ao adotante a realização de determinados serviços de limpeza e manutenção. Ressaltou que os problemas específicos identificados nos locais poderiam ser encaminhados à equipe responsável e informou que verificará a situação do termo de adoção da conselheira, comprometendo-se a conferir os dados no local juntamente com a cooperante, retornando posteriormente ao CADES Pinheiros com novas informações.
12. Danilo Sidney Mattos informou que havia participado, no domingo, dia 16, da inauguração da revitalização da Praça Ernani Braga, que considerou um caso de sucesso da política de adoção e revitalização de praças. Relatou que esperava a participação de

aproximadamente 50 pessoas no evento, mas que compareceram muitas famílias, em número significativamente superior ao previsto, demonstrando a expressiva mobilização da comunidade. Informou que acompanhou o processo desde o início e que a intervenção contou com investimento inicial de aproximadamente R\$ 500 mil, provenientes de recursos da Subprefeitura e de financiamento coletivo. Considerou o resultado bastante positivo e avaliou que a experiência demonstra a possibilidade de profissionalizar os processos de adoção e de doação destinados às praças públicas, ressaltando, contudo, a importância de assegurar o acompanhamento da qualidade das obras realizadas e da aplicação dos investimentos.

13. O Coordenador Adjunto informou que recebeu comunicação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente sobre o segundo encontro de gestão participativa da arborização, previsto para o dia 29, das 8h30 às 13h, destinado aos CADES regionais. Informou que colocaria a comunicação no grupo do CADES Pinheiros e que seria necessário confirmar a participação mediante preenchimento de formulário. O encontro foi considerado oportunidade importante para participação dos CADES nas discussões relacionadas à arborização municipal.
14. Francisco José Turra relatou que havia participado, naquela manhã, de um evento com o Controlador Geral do Município, Daniel Falcão, ocasião em que tomou conhecimento da existência de aproximadamente 35 mil câmeras integrantes do Smart Sampa. Questionou por que esses equipamentos não poderiam ter suas funcionalidades ampliadas para auxiliar também na fiscalização de ambulantes, da ocupação irregular de calçadas e do descarte inadequado de resíduos. Como exemplo, citou a fiscalização de velocidade, na qual a utilização de câmeras teria contribuído para modificar o comportamento dos motoristas. Sugeriu, nesse sentido, que o uso da tecnologia poderia contribuir para reduzir a necessidade de contratação de pessoal em determinadas atividades de fiscalização, inclusive mediante a identificação de situações irregulares e o posterior encaminhamento às equipes responsáveis. O Coordenador Adjunto considerou que a proposta merece ser objeto de discussão mais aprofundada, ressaltando, entretanto, a necessidade de analisar cuidadosamente os limites, os eventuais precedentes que poderiam ser criados e as consequências decorrentes da ampliação do uso das câmeras, especialmente para prevenir efeitos não desejados.
15. O Coordenador Adjunto solicitou à Coordenadora do CPM informações sobre a reunião realizada em 4 de agosto com Elizabeth França, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, especialmente no que se refere à indicação de uma coordenação técnica para o Plano de Bairro. A Coordenadora esclareceu que a reunião não teve como pauta específica o Plano de Bairro, cuja eventual coordenação técnica deverá ser avaliada pela SP Urbanismo, conforme mencionou. Informou, ainda, que o pedido original de reunião com a Secretária tinha como objetivo tratar das reivindicações relacionadas ao metrô, levantadas nas reuniões do CPM ao longo do ano anterior. Segundo relatou, a Secretária comprometeu-se a participar, no dia 3 de setembro, de um encontro com moradores para discutir as questões relativas ao metrô e, caso haja tempo e autorização, apresentar também as primeiras diretrizes para a revitalização do Largo da Batata.
16. Questionada por Rosanne Guiomar Brancatelli sobre as eleições para o CADES Pinheiros, o Coordenador Adjunto informou que ainda não dispunha dessa informação, mas que supõe que alguma definição deveria ocorrer já entre agosto e setembro, mas isso precisa ser confirmado com Rute Cremonini, da SVMA. Informou, também, que não pretende se candidatar novamente e que não deverá integrar a próxima composição do conselho.

DELIBERAÇÕES

1. Retomar pelo CADES Pinheiros o levantamento das árvores com caixas, muretas ou outras estruturas inadequadas, registrando as ocorrências para encaminhamento à Subprefeitura, aos cuidados de Norival Nunes Rodrigues Junior.

2. Divulgar, pelas redes sociais da Subprefeitura, orientação pública sobre as estruturas inadequadas construídas ao redor das árvores.
3. Articular para que os conselheiros do CADES Pinheiros participem da Frente de Defesa de Pinheiros, junto com o CPM, SAAP e demais entidades e coletivos, com relação ao Hub Pinheiros
4. Acompanhar o desenvolvimento da Horta Lisboa e o andamento do processo SEI nº 6027.2026/0012468-4, visando a avaliação da Escola de Jardinagem da UMAPAZ e da Coordenação de Agricultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDet/CA.
5. Encaminhar o projeto-piloto sobre o Carnaval Sustentável aos conselheiros para que possam apresentar contribuições e buscar informações sobre a reunião da Prefeitura com a organização do Carnaval de 2027.
6. Cobrar do Subprefeito o prometido encaminhamento do termo de referência e das informações relativas à fiscalização das obras de ruas com paralelepípedo, conforme deliberado na reunião anterior.
7. Articular visita técnica de Danilo Sidney Mattos e Celina Cambraia F. Sardão às praças Presidente Camille Chamoun e a Praça André Pucca.
8. Divulgar aos conselheiros as informações sobre o Segundo Encontro de Gestão Participativa da Arborização, previsto para o dia 29, e estimular a participação no evento.

Site do CADES Pinheiros: <https://linkfly.to/CADESPINHEIROS>

Conselheiros Titulares da Sociedade Civil:

Flávio Augusto Werner Scavasin
Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite
Rosanne Guiomar Brancatelli
Ulisses Demarchi Silva Terra
Celina Cambraia F. Sardão
Ana Lucia Slikta

Conselheiros Suplentes da Sociedade Civil:

Denise Helena Monteiro de Barros Carollo
Francisco José Turra

Subprefeitura de Pinheiros

Norival Nunes Rodrigues Junior (Interlocutor),
Danilo Sidney Mattos
Thiago Luiz Docema

Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas - SECLIMA

Danilo Augusto da Silva

Convidadas:

Carla Nieto Vidal
Eiko Sugiyama
Raquil Lange



Norival Nunes Rodrigues Junior
Supervisor(a) Técnico(a) II
Em 09/09/2026, às 15:34.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **164757297** e o código
CRC **533AFFA1**.

Referência: Processo nº 6050.2022/0002976-0

SEI nº 164757297